

# Trabalhadores da Saúde Contra a Estatização



A estatização ou não da saúde é um tema que não preocupa somente a classe patronal e a sociedade. O receio de que o texto da nova Constituição transfira ao Estado a responsabilidade única pelos serviços de saúde existe também entre os trabalhadores do setor. Pelo menos é o que ocorre em São Paulo, principal pólo de medicina privada do País, onde a categoria reúne cerca de 200 mil trabalhadores.

O alerta foi feito pelo presidente do Sindicato dos Empregados dos Estabelecimentos dos Serviços de Saúde de São Paulo, José Lião de Almeida. Segundo o líder sindical, "a Saúde recebe a segunda maior verba federal. O serviço de previdência está um verdadeiro caos. No caso de uma eventual estatização, é óbvio que o Governo não teria condições de dar cobertura".

Para Lião de Almeida, o fato de a categoria eventualmente ter de viver futuramente à sombra do Estado não representa nenhuma segurança para os trabalhadores. Ao contrário. "Primeiro, diz ele, porque não há como negociar, uma vez que não existe patrão ou o menor amparo legal às reivindicações tra-

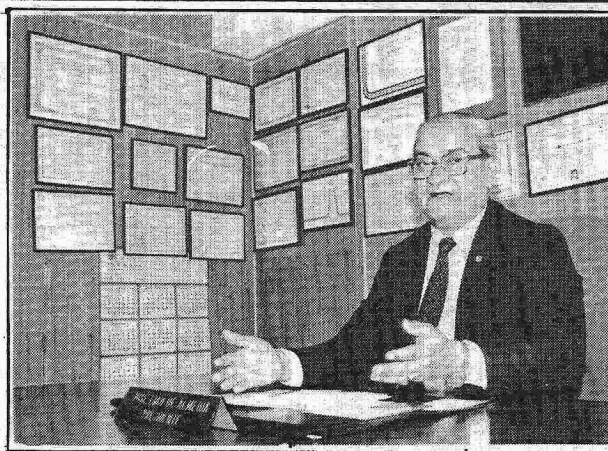
balhistas, pois, na lei atual, servidores públicos são proibidos de participar de atividades sindicais".

Nas últimas duas negociações com o setor patronal privado, o Sindicato dos Empregados da Saúde de São Paulo foi além dos acordos coletivos. Na última delas, no final do ano passado, os servidores da saúde pública receberam 70% de aumento salarial, a partir de 1º de janeiro. Já no setor privado, o reajuste — na mesma data-base do serviço estatal — foi de 130,92%. Descontando-se as perdas e URPs, o aumento real foi da ordem de 49,52%.

"No setor público não existe a negociação direta. A situação do trabalhador está atrelada a decretos e à aprovação em Assembleia Legislativa", disse Lião de Almeida, lembrando que na iniciativa privada há sempre a possibilidade de acordos individuais.

## AS LUTAS

O fato de estarem sendo travadas constantes lutas entre seu sindicato e os patrões parece não incomodar os trabalhadores. "Sem lutas a vitória se torna nula", diz Lião, lembrando que até hoje não houve sequer hipótese de greve no setor. Existem sim, pequenos focos que são dissipados rapidamente, através de negociações geralmente bem-sucedidas. "Tratamos o trabalhador em caráter individual. Isso é muito



Lião: "O Estado não representa nenhuma segurança para os trabalhadores".

importante para ele", garante.

Quando se trata de mão-de-obra especializada, os serviços privados de saúde oferecem tratamento diferenciado. "O mais importante, ressalta o líder sindical, é que o setor privado tem suas atividades fiscalizadas. Na ivre iniciativa existem comissões de recursos humanos que fiscalizam mensalmente as condições de trabalho e atendimento nos estabelecimentos de saúde", disse. Para ele, esse é outro suporte para jamais aceitar a tese da estatização.

## CRÍTICAS

Lião de Almeida não acredita que a estatização dos serviços de saúde venha a ocorrer. "Os constituintes terão consciência e não aprovarão este projeto". Ele criticou o antagonismo praticado pelo Centrão, que propõe a unificação dos sindicatos patronais e, simultaneamente, quer pluralizar os sindicatos.

Para o líder é preciso acabar com a "vergonha nacional", em que se apresentam os serviços públicos de saúde: "A saúde recebe a segunda maior verba federal e os serviços, tanto nos níveis estaduais, quanto federais e municipais, estão um verdadeiro caos". Lião de Almeida se conteve nas críticas aos serviços estatais: "Trabalhei vários anos no Inamps. Não dá nem para dizer as coisas que eu vi por lá", finalizou.